



CARTA DO COLETIVO ECOLOGIA INTEGRAL DO VALE DO JEQUITINHONHA – DIA MUNDIAL DA ÁGUA 2026

O encontro “Remar contra a correnteza por justiça socioambiental”, realizado nos dias 21 e 22 de março de 2026, em Araçuaí/MG, reuniu representantes do COLETIVO ECOLOGIA INTEGRAL do Vale do Jequitinhonha, representantes de diversas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, mandatos parlamentares populares, instituições de ensino e lideranças dos territórios do Vale do Jequitinhonha, gente comprometida com os direitos da Natureza e a defesa da vida. O objetivo deste encontro foi fortalecer a articulação social em prol das lutas e pautas das populações, comunidades e povos em conflito com empreendimentos que objetivam o lucro em detrimento da vida, das águas e dos territórios.

A programação teve início no Centro Diocesano Dom Enzo, com um momento de acolhida e mística, seguido da composição da mesa, com a presença de Dom Francisco Cota, bispo de Sete Lagoas e presidente da CEREM (Comissão Episcopal Regional para a Ecologia Integral e Mineração), órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); Dom Geraldo Maia, bispo de Araçuaí, e lideranças. Em suas falas, destacaram a importância do cuidado com todos os seres da natureza, pois são criação divina, a defesa das águas e o compromisso coletivo com a justiça socioambiental.

Foi apresentada uma análise sobre a realidade das águas no Vale do Jequitinhonha, destacando aspectos fundamentais da bacia hidrográfica, como sua extensão territorial, características físicas e usos intensivos (pecuária extensiva, monocultivos etc.), que contribuem para crise hídrica e, por fim, da importância da participação popular nos instrumentos de gestão.



Na semana e no Dia Mundial da Água, a partir de experiências concretas vivenciadas pelos povos do Vale, oportunizou-se a exposição e debate de três dos principais projetos exploratórios nos territórios do Jequitinhonha: a mineração, as grandes barragens e a monocultura do eucalipto. Cerca de 140 pessoas, de aproximadamente 75 organizações, além de representantes de parlamentares (vereadores, deputados estaduais e federais), puderam visitar, na tarde de sábado, a comunidade de Piauí Poço D'Antas, atingida pela mineração de lítio, dialogar com moradores locais e vivenciar partilhas sobre a incompatibilidade desse tipo de projeto com uma vida digna.

As rodas de conversa trouxeram um debate mais direto sobre os conflitos em torno da água e dos territórios. Entraram temas como os impactos socioambientais da monocultura do eucalipto, as grandes barragens, a missão dos comitês de bacia, além das vivências em territórios quilombolas e indígenas. Um enfoque especial foi dado à APA Chapada do Lagoão, no município de Araçuaí, que teve sua área reduzida em 55,58%, motivada por interesses minerários, a partir de tramoias políticas. As falas de moradores e militantes deram ainda mais força ao momento, trazendo exemplos reais de resistência e das dificuldades no acesso à água e aos direitos previstos em lei. Também se destacou a importância de iniciativas como o reconhecimento do Rio Jequitinhonha como sujeito de direitos, apontando para a necessidade de repensar a forma de como se relacionar com a Natureza.

No Alto Vale do Jequitinhonha, é notória a devastadora implantação de uma das maiores áreas contínuas de eucaliptais do mundo, em substituição à mata nativa do cerrado, desde a década de 1970, quando, por incentivo do governo brasileiro e, posteriormente, transferidas ao capital internacional, as chapadas – espaços naturais de uso comum dos povos e comunidades tradicionais – lhes foram tomadas. Naquele



ambiente, as famílias se abasteciam dos frutos do extrativismo, da lenha que era o combustível para suas cozinhas e atividades afins, do pastoreio do gado, da extração de madeira de “lei” que servia à estruturação de habitações e criatórios de animais. Ali, as comunidades se fartavam de água, encontravam plantas medicinais para curar suas moléstias, cultivavam, criavam, manifestavam suas tradições e circulavam livremente. Sem as chapadas, as populações camponesas não só concentraram suas tantas atividades nas grotas, como a própria criação de gado, ocasionando, com o tempo, a degradação do solo e dos cursos d’água. E essas mesmas populações se viram num território acometido pela contaminação por agrotóxicos, pela fumaça e pelo desemprego que veio com os avanços tecnológicos.

As chapadas são áreas sensíveis, responsáveis pela recarga hídrica e o reabastecimento do lençol freático. O eucalipto, por sua vez, é uma planta exótica, oriunda da Oceania, e possui grande poder de evapotranspiração, até quatro vezes mais que a mata nativa do cerrado, contribuindo para o rebaixamento do lençol freático e o secamento de nascentes. Portanto, em cinco décadas, as comunidades viram secar a água que derivava das nascentes abastecidas pelas chapadas e suas veredas, que passaram de grandes reservatórios de água a terras rachadas e secas. Além disso, também na porção alta da bacia do rio Jequitinhonha, estão presentes empreendimentos de mineração em conflito com comunidades.

A ganância dos empreendimentos sobre os territórios do Jequitinhonha (alto, médio e baixo) se expressa no avanço dos projetos de mineração (lítio, minério de ferro, granito, grafite etc.), inclusive em áreas de preservação ambiental, de forma truculenta e com violações de direitos humanos e territoriais. A inserção verticalizada de grandes empreendimentos, que contam com o apoio de determinados gestores públicos locais, de agências do Estado e de atores estratégicos da



sociedade em geral, impõe um ritmo acelerado aos processos, atropelando o direito de escuta e manifestação dos povos e comunidades tradicionais. Essa atuação gera efeitos sociais perversos, com ameaças às lideranças e falsas promessas que têm gerado tensões e conflitos internos nas comunidades – sendo exemplar uma situação em curso, em comunidade tradicional quilombola, em que os assédios da mineração às famílias e moradores locais desencadeou a “tomada” de uma associação comunitária, seguida de sua desvinculação das organizações representativas da categoria. Têm aumentado as ameaças à vida e à integridade de lideranças indígenas e quilombolas da região.

A exploração predatória “revira” as vidas, as gentes, as terras, deixa fora do lugar as pedras, torrões e a história dos povos, contamina as águas e produz escassez e pobreza, compromete a produção e o sustento das famílias, inviabiliza condições para outras formas de viver, humanas e não-humanas.

As comunidades atingidas pela mineração em Araçuaí e Itinga denunciam os barulhos excessivos nos diferentes horários do dia e da noite, causados pelas explosões das atividades minerárias. Denunciam os tantos problemas respiratórios ocasionados às populações locais, de crianças a pessoas idosas, além de doenças e mortes. Denunciam as explosões de rochas, contaminações, intimidações e tantos outros fatores que comprometem a vida de um povo que só quer viver dignamente no seu lugar de origem, no seu pedaço de chão.

Está em questão a permanência das juventudes nesses territórios, pois impôs-se uma agenda de desesperança, pela falta de perspectiva de realização de projetos de vida sustentados pelas relações sociais, comunitárias e conectadas com os modos tradicionais de ser e viver.



Além disso, foram mencionadas práticas e estratégias externas que geram desinformação e fragilizam a capacidade crítica das comunidades, o que exige atenção redobrada de todas as instituições, assessorias e organizações que atuam junto aos territórios.

Diante disso, o encontro manifesta sua denúncia coletiva frente a qualquer tentativa de interferência indevida nas organizações comunitárias, especialmente em territórios quilombolas e indígenas, e reafirma a importância do respeito ao autorreconhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

Esses povos e comunidades tradicionais lutam para serem ouvidos, respeitados e reconhecidos em suas pautas de acesso às demandas e, principalmente, ao acesso e à demarcação de seus territórios tradicionais e dominiais. Eles têm reivindicado a atuação efetiva das autoridades competentes, no cumprimento à legislação (Constituição Federal, Art. 231 e 232), em defesa da vida e da natureza.

No dia 22, comemorando o Dia Mundial da Água, as atividades se encerraram com um momento de espiritualidade e confraternização na comunidade de Itira, no município de Araçuaí, onde se encontram os rios Araçuaí e Jequitinhonha, com a acolhida da imagem de Nossa Senhora da Abadia D'Água Suja, padroeira dos atingidos pela mineração, vinda da cidade de Romaria, MG, e a celebração da Eucaristia. Foi um momento de fé, reforçando a esperança e o compromisso que caminham junto com nosso povo.

Por fim, constatou-se que o encontro de lideranças do Vale do Jequitinhonha reforçou a importância da união entre as diversas forças do território na defesa da água como direito fundamental, fortalecendo o compromisso coletivo com a vida, com os povos e com o futuro do Vale do Jequitinhonha.



As 75 organizações e grupos presentes neste histórico ato, assim como as comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha atingidas pelos grandes empreendimentos de mineração, pela monocultura de eucalipto e pelas grandes barragens, ecoam à sociedade seu sentimento de indignação diante da ameaça a todas as formas de vida, em especial aos seus povos e territórios. Todos se comprometem a permanecer na luta, a fim de que seja garantido o direito à autogestão de seus territórios, ao acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para usos culturais, domésticos e produtivos, e ao acesso às políticas públicas que lhes assegurem viver dignamente.

Que nossa Senhora da Abadia D'Água Suja proteja esses povos, que sofrem com tamanha opressão, e interceda por suas vitórias na árdua luta que se trava nos territórios do Vale do Jequitinhonha, ajudando a todos e a todas a REMAR CONTRA A CORRENTEZA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL!

Araçuaí, 22 de março de 2026

COLETIVO ECOLOGIA INTEGRAL DO VALE DO JEQUITINHONHA
Comissão para a Ecologia Integral e Mineração
da CNBB Regional Leste 2